

UMA REFLEXÃO SOBRE ESTADO E BURGUESIA E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO

Raphael Lobo Duarte Batista Teixeira¹

Resumo

A intenção desse artigo resulta da vontade em reabrir a controvérsia do que se denomina *Revolução Burguesa no Brasil* e suas implicações. Dentre os objetivos dessa pesquisa é mostrar que a falta de autonomia e a dependência não se devem só a fatores meramente externos, que é imposto à economia brasileira, mais que resulta também, da condição interna, onde se conforma uma classe lumpen-Burguesa com raiz antidemocrática. Neste sentido, vale resgatar o processo de formação do Estado e da Burguesia.

Palavras-chave: Dependência; Lumpen-Burguesia; Desenvolvimento; Capitalismo brasileiro.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo da presente pesquisa consiste em examinar a condição de subordinação e dependência das frações burguesas brasileiras. Entretanto, para lograr este propósito, tem de se, forçosamente, passar pela particularidade da nossa revolução burguesa.

Nas palavras de Florestan Fernandes,

A análise da “Revolução Burguesa” constitui um tema crucial no estudo sociológico da formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Naturalmente, existe um *antes* e um *depois*. De um lado, a economia exportadora prepara, estrutural e dinamicamente, o caminho para essa revolução sócio-econômica e política. De outro, existem três alternativas claras para o desenvolvimento econômico ulterior da sociedade brasileira, as quais podem ser identificadas através de três destinos históricos diferentes, contidos ou sugeridos pelas palavras “subcapitalismo”, “capitalismo avançado” e “socialismo” (1987, p. 13).

E, assim, após décadas de implantação e consolidação do que ficou conhecido como *A Revolução Burguesa no Brasil*, torna-se mais fácil entender o caráter *sui generis* da produção e reprodução capitalista em solo nacional.

¹ Estudante de Graduação 5º. Semestre do Curso de Ciências Econômicas: Economia Integração e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA e membro do Grupo de Pesquisa América Latina: Integração e Desenvolvimento - GPAID. E-mail: raphael.teixeira@aluno.unila.edu.br

Nesse contexto, é que resgatamos o conceito *Lumpén* (trapo, farrapo) Burguesia, criado pelo economista belga Ernest Ezra Mendel no final dos anos 50 para definir a burguesia do Brasil. Posteriormente, nos anos 60-70, com o ensaio *lumpen-Burguesia:Lumpen-Desarrollo* (1973), escrito pelo também economista, André Gunder Frank, que tal caracterização vai ganhar profundidade.

Nosso tema de estudo, *subordinação e dependência: a Lúmpen Burguesia e o desenvolvimento capitalista no Brasil*, é uma interpretação da história a partir dessa perspectiva. Onde, a América Latina é inserida nos séculos XVI ao XIX junto a uma constelação de países: alguns centrais e outros satélites. E dessa conformação vai se moldando as estruturas econômicas e sociais, que condicionam a região a um *desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Porém esta condição, de crescente dependência, não se deve só a fatores meramente externos, que é imposto à economia latino-americana, mas, que resulta também, das condições internas, no qual se assenta uma *burguesia Lúmpen*, isto é, que não passou pelo mesmo processo histórico revolucionário que as burguesias dos centros, hoje, hegemônicos.

O poder e a dominação burguesa no Brasil se dão sob a hegemonia das oligarquias. O que caracterizamos como *revolução burguesa no Brasil* acontece de modo *lento, gradual e seguro*, com o fim do tráfico negreiro (1850), a abolição da escravidão (1888), a proclamação da república (1889) e por fim a derrubada da república velha (1930). Porém se tirarmos os centros do Rio de Janeiro e São Paulo, podemos observar o caráter tíbio dessa revolução no *Brasil profundo*.

A burguesia se origina e se desenvolve através de uma relação colonial-neocolonial, e de uma conformidade de valores, que fazem com que sua forma de sobrevivência, na maioria dos casos, seja promovendo benefício aos interesses externos ou se apoderando do Estado. A fusão do *velho* e o *novo* concebeu uma burguesia Lúmpen, que ao mesmo tempo em que conserva o esqueleto neocolonial, se insere na fase burguesa e por tanto, na sociedade de classes.

Quais estratégias têm uma classe que não realizou uma *acumulação primitiva* de capital suficiente em sua gênese? Não liderou o processo de revolução industrial e protagonizou uma revolução burguesa de *dentro da ordem* e de *cima para baixo*. Poderá vir a resolver problemas estruturais da sociedade brasileira. Como a segregação social, a superexploração do trabalho e a dependência? Qual sua política externa conveniente? Qual a posição das classes subalternas? Eis algumas das questões desafiadoras que essa pesquisa pretende responder.

2 UMA BURGUESIA LÚMPEN

No livro *O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte* (1952), Marx descreve uma classe denominada *lumpemproletariado*. Esses seriam uma espécie de massa de desagregados, expurgos do exército industrial de reserva. Entre suas características, estava: a de que podiam facilmente ser manipulados, a inexistência de consciência de classe e tinham o dinheiro como dádiva.

Fazendo uma analogia com o *trapo* do proletariado, o economista alemão, André Gunder Frank vai conceituar as burguesias latino-americanas como *lumpen burguesia*. Essas por sua vez, seriam uma espécie de *farrapos* burgueses. Uma classe dominante subordinada e dependente dentro do sistema mundial capitalista.

Segundo Frank (1973), empregar a palavra “burguesia”, implica uma formação e um processo social histórico que na América Latina colonial e neocolonial não ocorreu. A relação colonial moldou uma estrutura que colocou a região em uma posição subalterna no “sistema mundial único do capitalismo em expansão” (FRANK, 1973, p. 23). A origem do capitalismo produtivo foi nos fins do século XV e início do XVI, nele existia uma burguesia europeia mercantil que procurava expandir seus domínios comerciais, da produção primário-exportadora, adquirindo matérias primas pelo *intercambio desigual*.

Dessa maneira,

O impacto do descobrimento das Américas, conquista da Índia e a transformação da África numa reserva de escravos configuraria o ápice da produção capitalista, fundamentais para a acumulação. Essa riqueza promoveu competições e guerras entre nações Europeias. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformavam em capital (MARX, 2013, p. 823).

Sendo assim, o fluxo comercial colonial foi o motor da acumulação que permitiu também desenvolver o capital bancário europeu, aperfeiçoou a manufatura e permitiu o florescimento da indústria (MARINI, 1973).

Citando Marx,

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopólio” foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiram um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado (2013, p. 823)

Portanto, com base no exposto, o caráter e as contradições do capitalismo dependente são consequência direta do desenvolvimento capitalista. Para investigarmos a essência das estruturas econômicas e de classes, se faz necessário retrocedermos no tempo, e verificar como a região se integrou com as metrópoles.

Marx (2013) descreve de modo material e histórico como o modo de produção capitalista não surgiu de forma acidental, tampouco de modo natural (*Lei da natureza*) como sugeria Adam Smith (1776). Esse modo de produção é consequência direta do que se denomina *acumulação primitiva* ou *acumulação originária* que ocorre no período que vai do final do século XV até boa parte do século XVIII (NETTO, 2013).

De acordo com Carvalho (2015), a inserção do Brasil colônia no circuito do capitalismo europeu no século XVI coincide com as últimas etapas da crise do mundo medieval da Europa e, por conseguinte, com o surgimento da burguesia moderna. Nos primeiros 50 anos da colonização Portuguesa, são explorados o pau-brasil. Em seguida é introduzida a cana de açúcar e com ela surgem os engenhos e a necessidade de se utilizar grandes quantidades de trabalho escravo. Inicia-se o comércio de seres humanos provenientes da África.

O embrião das frações burguesas latino-americanas, a brasileira em especial, tem como base, uma economia colonial dominada por *Senhores de escravos*, altos funcionários da coroa e da Igreja (FRANK, 1973). A formação da sociedade brasileira nasceu intrínseca com a expansão do capitalismo mercantil europeu, e terá até o final do século XIX, o grosso do excedente econômico aqui gerado, canalizado para as mãos dos negociantes metropolitanos. Tal sistema não permitia a possibilidade de uma *acumulação primitiva* suficiente, nem a retenção do excedente do capital comercial, que possibilitasse uma estrutura típica capitalista dentro do mercado interno (CARVALHO, 2015). Outro fator que diferencia as burguesias latino-americanas e as burguesias, hoje, hegemônicas segundo Frank (1972) foi como cada uma absorveu a sua maneira o pensamento liberal do século XVIII. Na Inglaterra, França ou Estados Unidos, o pensamento liberal foi o arcabouço teórico de uma revolução democrático-burguesa. Foi a bandeira contra o feudalismo e contra a aristocracia agrária. Na América Latina, foi apropriada por uma aristocracia agrária em favor da independência política e contra a opressão monárquica ibérica, que entre outras coisas, à dificultava adquirir produtos manufaturados, sobretudo da Inglaterra.

A terminologia liberal foi utilizada em função de interesses de grupos distintos. Na Europa foi o instrumento revolucionário de uma classe nascente industrial que “onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calçou aos pés as relações feudais, patriarcais e

idílicas” (MARX, 2009, p. 13). Aqui foi utilizada por grandes senhores proprietários de terra contra o pacto colonial e a favor do livre mercado. Iniciando uma nova forma colonial, pois reafirmava a economia exportadora e promovia a manutenção das velhas estruturas (FRANK 1972). Não é por acaso que o que caracterizamos como *revolução burguesa no Brasil* acontece de modo *lento, gradual e seguro*, com o fim do tráfico negreiro (1850), a abolição da escravidão (1888), a proclamação da república (1889) e por último a derrubada da república velha (FERNANDES, 1987).

Nos anos de 1810-1820 do século XVIII se inicia a independência formal dos países latino-americanos, época que é marcada pelas guerras napoleônicas e com enfraquecimento dos países ibéricos que ocasionou transformações nas estruturas coloniais. Para acentuar tais mudanças, podemos citar a destruição da armada espanhola em 1958 e da colonização econômica do desmonte da manufatura de Portugal através de uma série de acordos comerciais que culminaram no tratado de *Methuen* em 1703 (FRANK, 1973). A Inglaterra eliminou a possibilidade dos países ibéricos de participarem do processo do desenvolvimento do capitalismo mundial. Os processos de independência que transformaram as colônias em Estados ocorreram *pari passu* com a revolução Industrial, no início do século XIX (MARINI, 1973). A conformação da Inglaterra como grande potência hegemônica produtora de manufaturados impulsionou a expansão das relações *tipicamente capitalistas* de modo a responder a duas necessidades da ampliação do capitalismo mundial. A primeira delas segundo (BAMBIRRA, 2015) é o fornecimento de matérias primas para suprir a demanda dos países centrais que estavam entrando em uma nova fase de industrialização. A segunda diz respeito à necessidade de expansão do mercado interno dos países satélites, para isso, a compra e venda da força de trabalho tinha que se estabelecer dentro do mercado livre de trabalho, ou seja, mediante pagamento de salários.

Como já havíamos frisado o desenvolvimento capitalista na América Latina não significou um processo revolucionário de transformação das estruturas produtivas e de classes sociais. Essa diferença é crucial para compreendermos como o gênese da produção e reprodução especificamente capitalista ter sido gerado no setor exportador sob o comando de um sistema oligárquico-burguês (BAMBIRRA, 2015).

Em suma, a independência política somada a certo grau de modernização, não gerou modificações estruturais suficientes. A burguesia industrial latino-americana “estivera alicerçada sobre uma acumulação de capital primitivo e comercial insuficiente” (CARVALHO, 2015, p 340).

3 AS POSSIBILIDADES ECONÔMICAS DE UM CAPITALISMO AUTOSSUFICIENTE

Para Frank (1966), os países satélites do sistema capitalista experimentam possibilidades de um desenvolvimento autossuficiente quando seus vínculos com a metrópole estão debilitados. Nesse espaço de tempo, a divisão internacional do trabalho é alterada, gera-se uma contenção nas importações, que por sua vez, produz uma demanda não atendida, o que possibilita transformações.

Bambirra (2015) considera que o Brasil faz parte dos países classificados como (tipo A), ou seja, que já tinham iniciado sua industrialização antes do pós-guerra. Desenvolveu-se ainda no século XIX. Era em essência uma indústria que complementava o setor agrário-mercantil. No momento em que a economia europeia enfrentou a guerra (1914-1918) e posteriormente a grande depressão (1929), se produz uma intensificação da instalação de fábricas no território nacional e circunstâncias favoráveis para impulsionar um capitalismo autônomo.

De acordo com Souza (2008), na grande depressão de 1929 era consenso entre a velha oligarquia brasileira, que a economia só iria se restabelecer quando os países centrais saíssem primeiro da crise. Pois só assim o preço dos produtos agrícolas, sobretudo o café, voltaria ao “valor vocacional”. Divergindo do *establishment*, o governo Getúlio Vargas irá realizar uma reorientação da economia nacional. Se inicia um projeto cujo objetivo era a produção de bens de consumo do (setor IIa)² e alcançar a independência econômica. Entretanto tal verticalização passou a necessitar cada vez mais de bens de capital, todavia no contexto desse cenário, se inicia a segunda guerra mundial. Esse acontecimento abriu a possibilidade do Brasil desenvolver uma industrialização do (setor I)³, e com ela o surgimento de grandes estatais como: Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce e o Eletrobrás (SOUZA, 2005).

A revolução burguesa de 1930 é formada por um pacto de classes entre burguesia agroexportadora e burguesia industrial, que segundo Florestan Fernandes foi executado *dentro da ordem e de cima para baixo*. Para Marini (2012), essa conciliação *interburgueses* produz uma estabilidade política muito sensível. Pois quando a burguesia industrial toma consciência da limitação do mercado interno e a necessidade de sua expansão, inevitavelmente haverá um choque com a classe latifundiária. A estratégia da burguesia nacional para expandir o

² “Bens de consumo operário” (SOUZA, 2005, p. 44).

³ “Máquinas, equipamentos, matérias-primas” (SOUZA, 2005, p. 44).

mercado interno que vão desde realizar uma redistribuição de renda através de aumento de salários, até uma reforma agrária, vão ser defendidas por Vargas no período de 1950 a 1954.

Ruy Mauro Marini considera que,

(...) a burguesia procura erigir um novo esquema de poder, na qual, mediante o apoio das classes médias e do proletariado, e sem romper o esquema de colaboração vigente, seja capaz de se sobrepor às antigas classes latifundiária e mercantil. Devido às implicações nas relações econômicas com o centro imperialista hegemônico, esse processo tende a combinar com a busca de fórmulas capazes de promover o desenvolvimento capitalista autônomo (2012, p. 58-59).

4 DO PENSAMENTO ESTRUTURALISTA DA CEPAL AO NACIONALISMO DO ISEB

A revolução burguesa de 1930 inicia no Brasil, uma série de acontecimentos históricos. A começar pela contra-revolução de 1932, uma insurreição comunista em 1935, um golpe de Estado em 1937, uma redemocratização em 1945, o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, instabilidade política e tentativa de novo golpe de Estado em 1955, renúncia de Jânio quadros em 1961 e, no mesmo ano, a eminência de golpe, parlamentarismo, campanha da legalidade e o retorno ao presidencialismo. De modo infeliz, tudo vai confluir para a ditadura civil-militar empresarial brasileira de a 1º de abril de 1964 (MARTINELLO, 2011).

Todo esse período de três décadas efervesceu intelectuais, partidos políticos e instituições públicas. Podemos afirmar que o conhecimento produzido no Brasil, sobretudo na América Latina, nos anos 50-60, talvez seja um dos poucos momentos em que a periferia consegue penetrar nos centros acadêmicos dos Estados Unidos e Europa (OURIQUES, 2015). A agitação política da época produz uma variedade de pensamento, sobretudo o pensamento crítico.

Um estudo que tenha a pretensão de investigar aspectos econômicos Latino-americanos ou brasileiros tem que, inexoravelmente, passar pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Em 1949, o argentino Raúl Prebisch esboça os primeiros estudos sobre a dependência, fazendo uma revisão crítica da teoria Ricardiana de comércio exterior, também conhecida como “Teoria das vantagens comparativas”. No que consiste essa teoria? Consiste que se os países atrasados se especializassem em produzir produtos primários, e os avançados em manufaturados, nas trocas comerciais entre eles, os que se especializariam em produtos primários levariam vantagens, devido poder absorver a produtividade dos países avançados (MANTEGA, 1984). Entretanto Prebisch demonstra que as economias centrais não estavam repassando aumento de produtividade para os subdesenvolvidos, o que gerava no

final do intercambio de mercadorias, uma inclinação dos preços, favorecendo sempre os produtos industrializados.

De acordo com Mantega (1984), a CEPAL tinha como missão desvendar o subdesenvolvimento da América Latina em relação às regiões centrais desenvolvidas e encontrar meios para supera-lo. O diagnóstico que se encontra é dois:

a) A causa do retardamento é a estrutura interna das nações periféricas, marcada pela produção de produtos primários com reduzida integração entre os setores da economia somados a um desemprego estrutural.

b) O motivo do atraso é fruto das relações comerciais com o centro capitalista, pois se registra uma queda regular do poder de compra de produtos manufaturados em relação a bens primários. Em resumo, cada unidade de bem primário exportado, equivale a uma quantidade cada vez menor de mercadorias manufaturadas, e o mais importante de tudo: se as economias periféricas fossem guiadas pela lei do *livre mercado*, nunca sairiam da condição de atraso.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) tinha a sua sede na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Ouriques (2015), o ISEB foi o centro de pensamento mais importante que a república criou, não por acaso, é a primeira instituição que a ditadura civil-militar empresarial (1964-1985) fecha. Foi em seus quadros que ocorreu uma fusão entre marxismo e nacionalismo. “Os isebianos defendiam a aplicação prática das categorias das Ciências Sociais para o desenvolvimento do país” (LOVATTO, 2010, p. 70). Em resumo, intelectuais públicos a serviço do Estado brasileiro.

O ISEB (MANTEGA, 1984), não conformava uma unidade ideológica de pensamento, existia grande divergência entre os integrantes, entre os mais atuantes estavam: Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Hélio Jaguaribe. Todavia ambos convergiam para a ideia de processo histórico constituído de fases. Após anos na posição colonial, a sociedade brasileira deveria assumir a fase do capitalismo nacional. O progresso, representado pela burguesia industrial em conjunto com trabalhadores do campo e da cidade, deveriam somar esforços para derrotar as estruturas arcaicas do passado. A contradição capital-trabalho seria posta de forma consciente em segundo plano, pois no momento histórico, trabalhadores e burguesia nacional estariam num mesmo campo de luta. Que seria uma luta entre nações. O foco principal era a teoria da revolução nacional, ou como é mais conhecido: a Revolução Brasileira.

Para Bresser Pereira,

O nacionalismo que o ISEB propunha nada tem a ver com o racismo, a intolerância religiosa, e o anti-semitismo que caracteriza outros nacionalismos. O modelo de nacionalismo do ISEB inspirava-se no nacionalismo dos estados europeus modernos e, principalmente, no nacionalismo americano. A diferença estava no fato que os Estados Unidos, graças a esse nacionalismo, há muito completaram sua revolução nacional, enquanto o Brasil estava apenas começando (2004, P. 19-20).

A última fase do instituto é marcada pelas ideias anti-imperialistas, estimuladas pela conjuntura internacional e pelas reformas de base que propunha o governo de João Goulart. Essas reformas, que constituíam parte do Modelo Democrático-Burguês eram marcantes no Partido Comunista Brasileiro (PCB), todavia foi no ISEB que esse protótipo atingiu a sua forma mais refinada. Nelson Werneck Sodré⁴ estrutura o arcabouço teórico de um *projeto de nação*. Entre os objetivos urgentes, estava o de acabar com a capacidade que a aristocracia agrária tinha em ditar as políticas governamentais, principalmente a cambial (MANTEGA, 1984).

Outro fato marcante no ISEB foi *Os Cadernos do povo Brasileiro*⁵ (1962-1964). “Os chamados *isebianos históricos* colocavam-se como intelectuais que pensavam um projeto nacional-desenvolvimentista a ser encampado pela burguesia brasileira” (LOVATTO, 2011, p. 6).

Considerações finais

O processo da revolução burguesa no Brasil foi uma resposta às mudanças estruturais que se abriram em consequência das razões históricas: uma guerra mundial e uma crise profunda do capitalismo. Porém, a consolidação da produção e reprodução especificamente capitalista nos conduziu a um impasse. Segundo Florestan Fernandes esse impasse seria entre: *subcapitalismo*, *capitalismo avançado* ou *socialismo*. Ou na visão de André Gunder Frank era: *dependência*, *revolução* ou *autonomia*.

⁴ Com três obras: Introdução à Revolução Brasileira (1958), Formação Histórica do Brasil (1962) e História da Burguesia Brasileira (1964).

⁵ Os *Cadernos do povo Brasileiro* incendiaram o Brasil no início da década de 60. Segundo (LOVATTO, 2011) a publicação dos cadernos se situa na fase de radicalização das lutas pelas reformas de base, com títulos provocativos, que refletiam as necessidades imediatas da sociedade brasileira. Entre os temas, podemos citar alguns como: *Por que os ricos não fazem greve?* (Álvaro Vieira Pinto), *Quais são os inimigos do povo?* (Theotônio Júnior), *Quem pode fazer a revolução no Brasil?* (Bolívar Costa), *De que morre o nosso povo?* (Aguinaldo Nepomuceno Marques). E o mais emblemático deles: *Quem dará o golpe no Brasil?* (Wanderley Guilherme), publicado dois anos antes do golpe de 1964.

Souza (2005), o colapso estrutural do capital na década de 70 não irá oferecer possibilidades de escolha. Os Estados Unidos⁶ na sua reestruturação eleva a taxa de juros e intensifica o retorno de seus investimentos aplicados internacionalmente. Isso significou o estrangulamento dos países periféricos. Ocorrerá uma associação (do genuíno significado) da burguesia aos interesses internacionais? Ou a burguesia foi subordinada aos interesses imperialistas? Quais alternativas restaram para as classes subalternas? O que sucedera com a estratégia socialista? Seja qual for a respostas para as respectivas perguntas, seu resultado é mais atual do que nunca.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia et al. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015. 223 p.

BEINSTEIN, Jorge. **Origen y auge de las lumpenburguesías latinoamericanas**. 2016. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/articulo/177207>>. Acesso em: 04 maio 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org). **Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

BUONICORE, Augusto César et al. **A revolução burguesa no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/portal/artigos/153025/2016-09-12/a-revolucao-burguesa-no-brasil>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

CARVALHO, W. R. **As possibilidade do desenvolvimento econômico num país de capitalismo dependente**. In: CLARA, A C et al. América Latina: olhares e perspectivas. Florianópolis, SC: Insular Editora, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984. 413 p.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008. 253 p.

⁶ “Toda vez que o centro imperialista entra em crise, procura descarregar seus prejuízos sobre as economias periféricas, aumentando significante o chamado repatriamento do capital, sob as formas de juros, lucros e *royalties*, além de forçarem para baixo os termos de intercâmbio dessas mercadorias” (SOUZA, 2005, p. 25).

FRANK, André Gunder. **El desarrollo del subdesarrollo**. Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Economía, 1966.

FRANK, Andre Gunder. **Lumpen-Burguesia:Lumpen-Desarrollo**: Dependencia clase y política en Latinoamérica. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973. 196 p.

IANNI, Octavio. **Raízes da anti-democracia na América Latina**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 14, p. 17-22, 1988.

LOVATTO, A. **O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do Povo Brasileiro**. In: CUNHA, P.; CABRAL, F. (Org.). Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. São Paulo: Unesp, 2011, pp. 313-326

LOVATTO, Angélica. (2010). **Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira**. Tese de Doutorado em Ciência Política, PUC-SP.

MANTEGA, Guido et al. **A Economia Política Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Polis/vozes, 1984. 288 p.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México: Serie Popular Era, 1973. 101 p.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012. 271 p.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. [tradução: Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2009. 105 p.

NETTO, José Paulo et al. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. 258 p.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p

OURIQUES, Nildo. **As raízes intelectuais do consórcio PTucano**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cvi_Jxijcw8>. Acesso em: 25 out. 2015.

SOUZA, Nilson Araújo de et al. **A longa agonia da dependência**: Economia Brasileira Contemporânea (JK-FH). 2. ed. São Paulo: alfa-omega, 2005. 777 p.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 356 p.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Internacional Contemporânea**: Da depressão de 1929 ao Colapso Financeiro de 2008. São Paulo: Atlas S.a, 2009. 262 p.